

SEGURANÇA PÚBLICA

PF investigará crime organizado no Rio

A entidades ligadas aos direitos humanos, Moraes anuncia que a corporação vai apurar esquemas de lavagem de dinheiro e infiltração de facções no poder público

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anunciou, ontem, que a Polícia Federal abrirá um inquérito para investigar o crime organizado no Rio de Janeiro. A apuração visa detectar a existência de esquemas de lavagem de dinheiro de facções e milícias e a infiltração de facções no poder público.

O anúncio foi feito por Moraes a representantes de entidades dos direitos humanos que acompanham os desdobramentos da megaoperação do Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho nos complexos do Alemão e da Penha. A ação deixou 121 mortos, incluindo quatro policiais, sendo considerada a mais letal da história.

Segundo Moraes, o objetivo é atingir a estrutura financeira das facções — etapa considerada essencial para reduzir a violência e retomar áreas dominadas pelo crime. Ele destacou que o Estado deve apresentar estratégias para recuperar os territórios. “O Estado deve entrar para ficar. Não há segurança pública duradoura sem ocupar e devolver esses espaços à população”, enfatizou.

Presente na reunião, o representante da Procuradoria-Geral da República (PGR), Nicolao Dino, ressaltou que o Estado brasileiro vem sendo cobrado por organismos internacionais devido ao elevado índice de letalidade policial. De acordo com ele, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), e a Organização das Nações Unidas (ONU) já emitiram 368 recomendações ao Brasil sobre o tema.

Entre os principais pontos apresentados pelas instituições de direitos humanos, estão a necessidade de investigação e de perícias independentes, imparciais e

Gustavo Moreno/STF



Relator da ADPF das Favelas, o ministro Alexandre de Moraes se reuniu com entidades por duas horas



O Estado deve entrar para ficar. Não há segurança pública duradoura sem ocupar e devolver esses espaços à população"

Alexandre de Moraes, ministro do STF

transparentes, além do arquivamento dos inquéritos abertos contra familiares.

No encerramento da audiência, Moraes reiterou o compromisso do STF de acompanhar de perto as medidas cabíveis. Ele apontou como problema central a falta de autonomia e de estrutura da Polícia Técnico-Científica do Rio de Janeiro, destacando que a subordinação à Polícia Civil compromete a independência das investigações.

O magistrado ressaltou a necessidade de fortalecer o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, com atuação preventiva e independente. Segundo ele, foram requisitadas as imagens das ações no Rio para verificar eventual uso excessivo da força.

Ao **Correio**, o diretor de Litigância e Incidência do Conectas, Gabriel Sampaio, ressaltou a importância da acompanhamento das polícias

técnico-científicas da União.

“Estamos falando de um massacre com uma quantidade destacada de mortes. Pela dimensão e, sobretudo, sob a égide da importante decisão do STF, a ADPF das Favelas é uma decisão de referência para a Justiça e para todo o país. Tudo isso que aconteceu foi em descumprimento da ADPF”, frisou.

As entidades se reuniram por duas horas com Moraes, na sede do tribunal. A medida se deu nos autos da ADPF das Favelas, da qual Moraes é o relator temporário. Segundo o representante do Conectas, há uma preocupação com a atuação de órgãos do estado, como o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). “Entendemos que há uma necessidade das ações das forças federais, como a PF e o MPF. As forças federais devem assumir um papel importante nessa investigação”, defendeu Sampaio.

» Ponto a Ponto | ALESSANDRO VIEIRA | SENADOR

Facções se alastraram para além do tráfico

» DANANDRA ROCHA

Relator da CPI do Crime Organizado, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) promete investigar a expansão das facções em todas as esferas do Estado. Segundo ele, “o crime organizado já se alastrou para além do tráfico de drogas”. Vieira afirmou que o Brasil precisa reagir com inteligência, integração e mudanças legislativas, que fortaleçam as instituições e a cooperação entre forças de segurança.

Brasil e o “narcoestado”

“Um levantamento deste ano do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que a receita do crime organizado, a partir de 2022, chega a R\$ 146,8 bilhões anuais, considerando mercados, em tese, lícitos, como de ouro, bebidas, combustíveis, lubrificantes e tabaco/cigarros. Pelo levantamento, 41,8% dessa receita advém do setor de combustíveis e lubrificantes. Isso demonstra como o crime organizado já se alastrou para além do tráfico de drogas. A infiltração do crime em atividades consideradas lícitas evidencia uma falha estatal na fiscalização, integração de sistemas e atividade de inteligência, o que facilita o uso das instituições formais para mascarar o exercício dessas atividades por meio de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e corrupção.”

Territórios dominados

“Em uma outra frente, temos o domínio de territórios, em que o Estado não consegue penetrar,

e que pode ter consequências no campo político. Um relatório da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos demonstrou preocupação com a participação do crime organizado nas eleições municipais de 2024. O relatório indica receio quanto à imposição de restrições da mobilidade de eleitores nas áreas sob controle de organizações criminosas, afetando candidaturas, com o uso de coerção para influenciar o voto. Há ainda o receio quanto à entrada de fundos ilícitos no financiamento de eleições. Essas são algumas evidências, mas a CPI pretende apurar outras.”

Trabalho da CPI

“Nosso plano de trabalho abrange temas como ocupação territorial, lavagem de dinheiro, sistema prisional, corrupção ativa e passiva, rotas utilizadas para o transporte de mercadorias, crimes praticados e soluções. Pretendemos focar nas medidas que podem, de fato, contribuir para a resolução do problema. Para tanto, é preciso fazer um diagnóstico do crime organizado no Brasil. Cada região tem sua peculiaridade, mas alguns estados já tiveram sucesso na redução de taxas de violência. Queremos entender quais caminhos podem ser trilhados para mudar a situação atual.”

Sistemas de controle financeiro

“Não basta que apenas um órgão, como o Coaf, investigue sozinho. Polícias, Ministério Público,

Andressa Anholete/Agência Senado



Receita Federal, Ibama, ANP, entre outras, de acordo com suas atribuições legais, precisam estar coordenados e autorizados a compartilhar informações, dentro dos limites constitucionais.”

Blindagem a autoridades

“A resistência de autoridades pode até existir, mas é preciso compreender que não pretendemos apurar a responsabilidade sobre casos específicos. A CPI tem como objeto apurar o crime organizado no Brasil, e não deve, de acordo com o STF e em virtude do princípio federativo, verificar a ocorrência de ilegalidades nos estados, por exemplo. O que queremos é verificar quais são as demandas e soluções das diversas esferas e instituições: o que precisa ser feito; se falta orçamento, estrutura, formação, cooperação etc.”

Combate coordenado

“Existem duas visões sobre a

segurança pública que acabam dominando o debate público e que possivelmente impedem a formação de uma política pública efetiva e coordenada de segurança pública. De um lado, a segurança pública é vista sob o discurso do ‘bandido bom é bandido morto’. Essa visão desconsidera que vivemos sob um Estado Democrático de Direito, que proíbe a pena de morte e exige o devido processo legal para a apuração do crime. Sob essa visão, falta planejamento estratégico, porque o foco recai sobre indivíduos e não sobre estruturas criminosas. Do outro lado, a segurança pública ainda é vista com uma carga negativa decorrente do regime militar, como se operasse sempre contra o cidadão. Sob essa visão, desconsidera-se a institucionalização dos órgãos de segurança e sua valorização. Ambas as visões prejudicam uma atividade coordenada porque impedem um entendimento técnico da segurança pública enquanto política pública, e isso só será superado com liderança política adequada.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Nova York, da diáspora judaica à eleição de um prefeito muçulmano

Mais do que qualquer outra metrópole ocidental, Nova York é a mais cosmopolita cidade do mundo, graças a sucessivas ondas migratórias que, a cada geração, redefiniram seu perfil econômico, social e cultural. Essa vocação cosmopolita remonta ao episódio quase lendário de 1654, quando 23 judeus — expulsos do Recife após a derrota holandesa para os portugueses — desembarcaram na então colônia de Nova Amsterdã, que deu origem à cidade.

Vindos de Pernambuco a bordo do navio Valk, depois de escaparem de piratas, de prisões e da Inquisição, encontraram abrigo precário na cidade governada pelo calvinista Peter Stuyvesant. Mesmo assim, fundaram a primeira comunidade judaica estável das Américas, gênese do pluralismo que seria o germe da identidade nova-iorquina moderna: a convivência tensa, mas fértil, de culturas, crenças e etnias em permanente metamorfose.

Nosso elo perdido com Nova York é a presença judaica em Pernambuco sob o domínio de Maurício de Nassau, que não foi apenas um episódio colonial. Foi antecipação da modernidade cosmopolita que, dois séculos depois, faria de Nova York a grande metrópole global. Nassau enxergava na tolerância religiosa uma vantagem política e econômica. Recife dos anos 1630 e 1640 era uma cidade aberta, onde se falava holandês, português, hebraico e tupi; onde sinagogas e igrejas coexistiam e o comércio internacional florescia.

Quando a ocupação holandesa terminou e a Inquisição voltou com força, os judeus do Recife foram forçados a partir. Essa diáspora atlântica — dos engenhos de açúcar ao porto holandês e daí à América do Norte, mais do que o prólogo de uma saga religiosa, é o início da ideia de cidade como refúgio e reinvenção. Ao se estabelecerem em Nova Amsterdã, os exilados de Pernambuco introduziram no Novo Mundo o princípio da pluralidade urbana: a noção de que a cidade pode ser espaço de encontro, e não de exclusão.

Marshall Berman, em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, e, principalmente, *Um século em Nova York*, descreveu essa vocação universal da cidade. Para ele, a cidade é o palco das contradições da modernidade, entre miséria e esplendor, e tradição e vanguarda. Berman via nas ruas, especialmente na Times Square, uma espécie de laboratório da experiência humana moderna, "porque nela se cruzam os sonhos e os destroços do progresso".

O herói de Berman é o homem anônimo que se dissolve na multidão, mas encontra nela sua identidade. O imigrante, o artista, o trabalhador, o sem-teto e o executivo coexistem como expressões de um mesmo drama: o de construir um sentido de existência num espaço em constante mutação. Multiétnica, pluralista e culturalmente aberta, Nova York do século XXI é o produto direto da mestiçagem espiritual e social. Não à toa influencia o comportamento do Ocidente.

Cidade aberta

A eleição de Zohran Mamdani como prefeito de Nova York em 2025 é a continuidade dessa herança cosmopolita, num momento em que o governo Trump fecha a porta para o "sonho americano" e persegue os imigrantes. Filho de indianos nascido em Uganda e criado no Queens, Mamdani representa uma síntese do mundo globalizado — africano, asiático, muçulmano e nova-iorquino. Seu triunfo eleitoral, em meio à polarização alimentada por Trump, confirma que Nova York permanece como sendo um farol político da sociedade norte-americana: uma cidade capaz de transformar a diferença em força.

Os judeus que chegaram do Recife em 1654 eram exilados de uma fé perseguida. O novo prefeito é um muçulmano num país onde o islamismo ainda enfrenta estígmias. Ambos encontraram em Nova York um espaço de resistência e reinvenção. Mamdani expressa o amadurecimento dessa luta: a passagem do "direito de ser tolerado" para o "direito de governar".

Como Berman descreveu, Nova York é uma arena de conflitos e reconciliações. Mamdani emerge desse caldeirão urbano como expressão da capacidade de acolher, contradizer e transformar. Ele fala a linguagem das redes sociais e das ruas, mistura ativismo político com performance pública, e reinterpreta o ideal democrático à luz das novas identidades.

Berman via nas avenidas de Nova York os palcos de cidadania. O verdadeiro sujeito da eleição de Zohran Mamdani, cuja campanha foi iniciada com uma caminhada performática de ponta a ponta de Manhattan. Eis um político que se funde à cidade e faz da rua o seu verdadeiro habitat, do Harlem cultural ao Occupy Wall Street.

Transporte gratuito, moradia acessível e tributação progressiva, as propostas de Mamdani, o social-democrata nova-iorquino, o bem-estar coletivo é sinônimo da vitalidade das ruas. Num momento em que Trump e seus seguidores reacendem discursos nacionalistas e xenófobos, a vitória de um muçulmano socialista na capital financeira do mundo é um gesto civilizatório de uma cidade de vanguarda da pós-modernidade.